



Concurso Público para provimento do cargo de  
**Analista de Controle Externo**  
**Área de Controle Externo**  
**Coordenadorias Técnicas**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto seguinte.

**Os privilegiados da Terra**

*O fragmento de satélite artificial – só podia ser de satélite – caído sobre o povoado transformou de repente a vida dos moradores, que não chegavam a trezentos.*

*Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato com o maior relevo. Não houve ninguém que deixasse de dar entrevista.*

*O fiscal do Governo apareceu para recolher o pedaço de coisa inédita, mas foi obstado pelo juiz de paz, que declarou aquilo um bem da comunidade. A população rendeu guarda ao objeto e jurou defender sua posse até o último sopro de vida.*

*A força policial enviada para manter a ordem aderiu aos moradores, pois seu comandante era filho do lugar. Acorreram turistas, pessoas dormiam na rua por falta de acomodação, surgiram batedores de carteira, que foram castigados, e começou a correr o boato de que aquele corpo metálico tinha propriedades mágicas.*

*Quem chegava perto dele seria fulminado se fosse mau-caráter; conquistava a eterna juventude se fosse limpo de coração; e certa ardência que se evolava da superfície convidava ao amor.*

*Não se desprende do satélite, diziam uns; veio diretamente do céu, emanado de uma estrela, alvitavam outros. De qualquer modo, era dádiva especial para o lugarejo, pois ao tombar não ferira ninguém, não partira uma telha, nem se assustaram os animais domésticos com sua vinda insólita.*

*Tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa. Seus guardas foram tomados de letargia, e ao recobrem a consciência viram-se despojados do grande bem. Mas tinham assimilado esse bem, e passaram a viver de uma alegria inefável, que ninguém poderia roubar-lhes. Eram os privilegiados da Terra.*

(Carlos Drummond de Andrade, **Contos plausíveis**)

1. O preceito moral que se deve concluir da leitura do texto encontra adequada formulação nesta frase: As coisas que efetivamente nos trazem benefícios
  - (A) fazem-nos tão acomodados que passamos a viver desacreditando da existência de todo e qualquer mal.
  - (B) trazem-nos também os dissabores que passamos a experimentar quando já não contamos com elas.
  - (C) são as que nos legam o poder de desfrutá-los mesmo quando elas não mais se ofereçam ao nosso convívio.
  - (D) são as que nos ensinam a desfrutá-los somente quando começamos a descreer deles.
  - (E) fazem-nos conscientes tanto da alegria que elas nos dão quanto das tristezas que podem nos causar.

---

2. Considerando-se o contexto, deve-se entender que o segmento sublinhado em
  - (A) só podia ser de satélite assegura a verdade de um fato que jamais suscitou qualquer dúvida.
  - (B) cobriram o fato com o maior relevo corresponde ao verbo **relevar**, tal como empregado em **não sei se relevo tua falta**.
  - (C) declarou aquilo um bem da comunidade deve ser entendido no sentido de **benefício**.
  - (D) alvitavam outros relaciona-se ao nome **alvitre**, no sentido de **sugestão**.
  - (E) tudo acabou com o misterioso desaparecimento da coisa faz ver que todos os benefícios cessaram com o desaparecimento do objeto.

---

3. A presença do misterioso objeto provocou várias reações entre os moradores do vilarejo, que passaram, por exemplo, a
  - (A) adotar rituais de fanática adoração diante da coisa.
  - (B) comprometer-se com sua permanente proteção.
  - (C) condescender com os autores de pequenos delitos.
  - (D) abandonar antigos hábitos religiosos.
  - (E) resistir às tentações mundanas e aos apelos do corpo.

---

4. É preciso **corrigir** um equívoco de redação da seguinte frase:
  - (A) Não houve ninguém que se furtasse em dar entrevista.
  - (B) A força policial solidarizou-se com os moradores.
  - (C) Correu o boato de que o objeto contava com poderes sobrenaturais.
  - (D) Em nada perturbou os animais a aparição do exótico objeto.
  - (E) Afrouxou-se a vigilância dos guardas, acometidos por letargia.



5. Está plenamente adequada a articulação entre tempos e modos verbais na frase:

- (A) O fiscal recolheria a coisa misteriosa, mas terá sido obstado pelo juiz de paz, que declarava ser aquilo um bem da comunidade.
- (B) Os policiais acabarão por aderir aos moradores, uma vez que seu comandante fosse oriundo daquele lugar.
- (C) Quem chegar perto da coisa viria a ser fulminado, fosse uma pessoa de mau-caráter.
- (D) Se daquele objeto proveio algum mal, ele não seria considerado uma dádiva dos céus.
- (E) Tomados que foram de estranha letargia, não se deram conta os guardas do sumiço do objeto.

6. As normas de concordância verbal estão observadas em:

- (A) Nenhum dos moradores poderiam imaginar que caísse do céu aquele estranho objeto, que tantas influências acabariam por acarretar à vida do lugar-rejo.
- (B) De repente, viu-se o lugar invadido por repórteres, turistas, curiosos, gente a quem movia irrefreáveis desejos de ver de perto a coisa que viera do céu.
- (C) Aos moradores jamais poderiam ocorrer que os policiais se solidarizassem com eles, mesmo considerando que o comandante ali havia nascido.
- (D) Das propriedades mágicas do objeto não advinha mal algum, pelo contrário: só trazia benefícios aos que dele se acercassem, apenas luzes benéficas irradiava.
- (E) Muitos moradores chegaram a pensar que, com o desaparecimento do objeto, também haveriam de desaparecer o que suas propriedades mágicas lhes propiciavam.

7. Está plenamente adequada a transposição de uma voz verbal para outra no segmento:

- (A) *transformou de repente a vida dos moradores* = a vida dos moradores fora de repente transformada
- (B) *Repórteres e cinegrafistas cobriram o fato* = o fato foi cobrido por repórteres e cinegrafistas
- (C) *foi obstado pelo juiz de paz* = obstou-o o juiz de paz
- (D) *ao tombar não ferira ninguém* = ninguém se ferira ao tombar
- (E) *foram tomados de letargia* = tomaram-se de letargia

**Atenção:** As questões de números 8 a 14 referem-se ao texto seguinte.

### **Da política ao espetáculo**

*A rebeldia voltou. E nos lugares mais inesperados. O rastilho foi aceso em Túnis, seguiu para o Cairo e depois para Sanaa, Manama, Damasco – cidades onde ação política não é um direito. Onde as praças tiveram de ser ocupadas com o risco de prisão, tortura e morte. Mesmo assim, as manifestações só ficaram violentas porque as autoridades as atacaram.*

*A centelha da revolta atravessou o Mediterrâneo e acendeu outras centenas de milhares de pessoas na Grécia e na Espanha, países subitamente forçados ao empobrecimento. Na África, no Levante, no Oriente Médio e na Europa, o que se quer é liberdade, trabalho e justiça.*

*Nenhuma mobilização foi tão inesperada quanto a que explodiu, no mês passado, do outro lado do Atlântico Norte, numa das cidades mais ricas do mundo: Vancouver, no Canadá. Sua motivação foi frívola. Por 4 a 0, o time local de hóquei no gelo perdeu a final do campeonato. Não houve reivindicação social ou política: chateada, a gente saiu à rua e botou fogo em carros, quebrou vitrines, invadiu lojas.*

*Fizeram tudo isso com a leveza da futilidade, posando para câmeras de celulares, autorregistrando-se em instantâneos ambivalentes de prazer e agressão. O impulso de se preservar em fotos e filmes era tão premente quanto o de destruir.*

*Alguns intelectuais poderiam explicar assim o fenômeno: se o espetáculo do jogo não satisfaz, o do simulacro da revolta o compensará; o narcisismo frustrado vira exibicionismo compartilhado.*

*Em meio ao quebra-quebra, um casal de namorados tentava fugir quando a moça foi atingida pelo escudo de um policial e caiu. O namorado deitou-se ao lado e, para acalmá-la, deu-lhe um beijo.*

*Um fotógrafo viu apenas dois corpos que pareciam feridos no chão e, sem perceber direito o que fotografava, captou o beijo. Pronto: os jovens viraram celebridades. Namorando há apenas seis meses, o casal cancelou uma viagem à Califórnia para cumprir uma agenda extensa de entrevistas em Nova York. A sociedade do espetáculo não pode parar.*

(Adaptado da Revista **Piauí**, n. 58, julho 2001, p. 55)

8. Ao tratar de diferentes manifestações de rebeldia no mundo, o autor considera que elas

- (A) têm em comum tão somente o fato de irromperem e se extinguirem com a mesma velocidade, em países de regime político fechado.
- (B) diferem quanto às suas motivações políticas particulares, mas traduzem a mesma insatisfação com a economia global.
- (C) são todas inesperadas, uma vez que os fatores que as desencadeiam surgem de forma misteriosa, sem qualquer razão objetiva.
- (D) variam quanto às reivindicações políticas ou econômicas, podendo ocorrer até mesmo por força de uma motivação banal.
- (E) buscam conferir um grande peso político a algumas insatisfações menores, geradas pelas razões mais injustificáveis.



9. Considerando-se o contexto, estas duas expressões se aproximam e reforçam reciprocamente uma mesma linha de argumentação, referindo-se ao mesmo fenômeno:
- (A) a leveza da futilidade e a centelha da revolta.
- (B) o rastilho foi aceso e não houve reivindicação social.
- (C) sua motivação foi frívola e a leveza da futilidade.
- (D) forçados ao empobrecimento e exibicionismo compartilhado.
- (E) ação política não é um direito e sua motivação foi frívola.
- 
10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Deve-se entender por *sociedade do espetáculo*, de acordo com o texto, a caracterização dos movimentos de massa que pretendem explicitar publicamente sua insatisfação política.
- II. O exibicionismo e o narcisismo estão na raiz de manifestações dos grupos que também as promovem para se dar a conhecer nas imagens que eles mesmos produzem e cultuam.
- III. O vandalismo das manifestações políticas acaba por desqualificar as justas reivindicações que deram origem a um legítimo movimento social.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
- 
11. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) O rastilho foi aceso (1º parágrafo) = inflamou-se em seu efeito
- (B) A centelha da revolta (2º parágrafo) = a meta da insubordinação
- (C) instantâneos ambivalentes (4º parágrafo) = encenações rápidas
- (D) simulacro da revolta (5º parágrafo) = sacralização insatisfeita
- (E) narcisismo frustrado (5º parágrafo) = autoadmiração baldada
- 
12. Ao registrar a cena dos namorados caídos no chão, o fotógrafo,
- (A) imaginando-os vítimas, involuntariamente os promoveu a celebridades.
- (B) sabendo-os feridos, quis compensá-los com a notoriedade de um flagrante oportuno.
- (C) tomando-os por revoltosos, quis demonstrar que havia amor entre os manifestantes.
- (D) dando-os como mortos, quis perpetuar o beijo em que se imobilizaram.
- (E) não atinando bem com o que via, quis documentar o que imaginou mero exibicionismo.
- 
13. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A *sociedade do espetáculo* à qual se refere o texto prima por se mostrar em todo o narcisismo humano, com o qual todo mundo pretende se alardear.
- (B) A *sociedade do espetáculo*, tal como sugere o texto, é aquela em que a meta social mais prestigiada é a celebração de imagens em que todos se espelham.
- (C) Na moderna *sociedade do espetáculo*, sugere o texto, mesmo um beijo involuntário tende a celebrar-se, caso haja um flagrante condizente e oportunista.
- (D) Os que compõem uma *sociedade do espetáculo* são narcisistas que desejam o melhor registro de uma celebração que lhes venha a consagrar.
- (E) A crítica à *sociedade do espetáculo* costuma pautar-se pelo vazio que assola seus defensores, incapazes de atestar a frivolidade em que erigem como ideal.
- 
14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:
- (A) Há países onde as praças, supostamente públicas, estão longe de constituírem um lugar em cujo se garanta a expressão do povo.
- (B) Os jovens aos quais se deparou o fotógrafo estavam dando um beijo, em cujo registro haveria por torná-los celebridades.
- (C) Países grandes, cuja economia foi sempre saudável, são hoje palcos de manifestações a que ocorrem os cidadãos empobrecidos.
- (D) Cabe aos intelectuais a explicação de um fenômeno social onde a marca peculiar é a busca de imagens em cujas todos se espelham.
- (E) Com um beijo, o namorado visava à tranquilizar a moça, não imaginando que aquela demonstração de afeto adviesse tanta fama.



**Atenção:** As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.

### A dor como destino

Outro dia, folheando desavisadamente um livro de Schopenhauer (há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente...), deparei-me com este trecho:

**Trabalho, aflição, esforço e necessidade** constituem durante toda vida a sorte da maioria das pessoas. De fato: se todos os desejos, apenas originados, já estivessem resolvidos, o que preencheria então a vida humana? Que se transfira o homem a um país utópico, em que tudo cresça sem ser plantado, em que as aves revoem já assadas, e cada um encontre logo sua bem-amada. Ali os homens morrerão de tédio ou se enforcarão; promoverão guerras, massacres e assassinatos para se proporcionarem mais sofrimento do que o posto pela natureza.

Será mesmo que sofremos porque precisamos? É da nossa natureza ocupar-nos com nossos desejos insatisfeitos, sem os quais vivemos infelizes pela falta de uma causa para viver? Nosso grande poeta Drummond, um schopenhaueriano empedernido, chegou a escrever: "Estamos para doer, estamos doendo". E outro Andrade, o Mário, garantiu-nos: "A própria dor é uma felicidade".

De minha parte modestíssima, ousou dizer: se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar. Talvez também não conte para ninguém, para que não me matem. De inveja.

(Bráulio Ventura, inédito)

15. A observação de que *há autores que jamais devemos frequentar desavisadamente* justifica-se em virtude de que há textos, como o transcrito de Schopenhauer, que

- (A) encerram uma lição pragmática e útil, que nos ajuda a viver.
- (B) representam uma falsa esperança para quem lhes dê crédito.
- (C) constituem um caminho sentimental, desviando-nos da razão.
- (D) formulam teses sedutoras, relevando a negatividade da vida.
- (E) elaboram interpretações apressadas acerca da justiça humana.

16. O autor do texto se vale de citações de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade para

- (A) somar argumentos contra a tese apresentada no texto de Schopenhauer.
- (B) demonstrar que a poesia ajuda a iluminar nossos melhores sentimentos.
- (C) mostrar que a Natureza, ao contrário do que muitos afirmam, é mãe e amiga dos homens.
- (D) provar que esses dois poetas não aceitavam qualquer justificativa para as dores humanas.
- (E) lembrar que a tese de Schopenhauer pode ecoar em formulações outras e variadas.

17. Atente para estas afirmações:

- I. No trecho citado de Schopenhauer, a correlação estabelecida entre *país utópico* e *tédio* é muito reveladora de um espírito pessimista.
- II. Ao se valer da expressão *de minha parte modestíssima*, o autor acentua o fato de que sua aprovação da tese de Schopenhauer em nada a fortalece.
- III. No último parágrafo, há uma clara corroboração da crença de que os homens dependem do sofrimento para dar sentido às suas vidas.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

18. A frase *se um dia me sentir absolutamente feliz, tentarei não me matar* tem um efeito de **humor irônico**, equivalente ao da seguinte formulação:

- (A) buscarei não me matar, em caso de absoluta felicidade.
- (B) mesmo tomado por grande infelicidade, nunca me mataria.
- (C) sendo absolutamente feliz, não há razão para me matar.
- (D) conquanto possa me matar, creio numa felicidade absoluta.
- (E) se não vivesse em plena felicidade pensaria em me matar.

19. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se no **plural** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) A poucos filósofos costuma-se ..... (**atribuir**) inflexões tão pessimistas como a Schopenhauer.
- (B) ..... (**costumar**) constituir um traço marcante do pensamento de Schopenhauer as sombras de uma implacável negatividade.
- (C) Às teses desse filósofo pessimista ..... (**dever**) corresponder, segundo alguns críticos, uma argumentação mais substantiva.
- (D) Dos nossos desejos insatisfeitos ..... (**restar**) sempre, de algum modo, o aprendizado dos nossos limites.
- (E) Mesmo que ..... (**poder**) haver muitas pedras no caminho, não há por que desistir desta grande viagem.



20. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Há países em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios: fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (B) Há países em que, numa estranha conjunção o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde: a um alto índice de suicídios; fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (C) Há países, em que numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (D) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social, corresponde a um alto índice de suicídios; fato que traz, muita água como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- (E) Há países em que, numa estranha conjunção, o alto índice de desenvolvimento econômico e social corresponde a um alto índice de suicídios, fato que traz muita água, como se vê, para o moinho de Schopenhauer.
- 
- Controle Externo**
21. Considerando sua natureza jurídica, o Tribunal de Contas é órgão que
- (A) integra o Poder Executivo e exerce o controle externo.
- (B) integra o Poder Legislativo e exerce o controle externo.
- (C) integra o Poder Judiciário e exerce o controle externo.
- (D) auxilia o Poder Executivo quando este exerce o controle externo.
- (E) auxilia o Poder Legislativo quando este exerce o controle externo.
- 
22. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas Estaduais serão integrados por sete Conselheiros, salvo nos dez primeiros anos da criação de Estado, hipótese na qual o Governador eleito nomeará
- (A) dois membros.
- (B) três membros.
- (C) quatro membros.
- (D) cinco membros.
- (E) seis membros.
- 
23. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de
- (A) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de natureza especial.
- (B) concessão de pensão, inclusive as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) admissão de pessoal, inclusive os das empresas públicas municipais.
- (D) concessão de pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) admissão de pessoal, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- 
24. O TCE-SE emitiu parecer prévio favorável às contas anuais do Prefeito de um município sergipano. Todavia, a Câmara Municipal, composta por vinte e um vereadores, rejeitou o parecer por decisão de onze de seus membros. É possível afirmar que essa decisão
- (A) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 50% de seus membros.
- (B) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 50% mais um de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
- (C) contraria o previsto na Constituição Estadual de Sergipe, que exige quórum mínimo de 2/3 de seus membros para a rejeição do parecer prévio.
- (D) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 2/5 de seus membros.
- (E) atende os preceitos da Constituição Estadual de Sergipe, que prevê a possibilidade de rejeição do parecer prévio por decisão de no mínimo 3/5 de seus membros.
- 
25. Um servidor de uma Prefeitura sergipana recebeu, em julho de 2011, R\$ 300,00 a título de adiantamento para o custeio de diárias e transporte em razão de viagem que fez para discutir a assinatura de um convênio com o governo estadual. Ao retornar, negou-se a prestar contas da utilização do valor recebido, ato que pode ser considerado
- (A) incorreto, uma vez que deve prestar contas qualquer pessoa física que arrecade, guarde, gere ou administre dinheiro público.
- (B) correto, uma vez que a viagem foi realizada no interesse do município.
- (C) correto, uma vez que o valor recebido teve caráter indenizatório.
- (D) correto, uma vez que o valor recebido foi menor que o salário mínimo vigente à época no país.
- (E) incorreto, devendo a prestação de contas ser apresentada no máximo até trinta dias, contados a partir do encerramento do exercício financeiro.



<p>26. O dirigente de uma autarquia municipal sergipana recebeu uma equipe de fiscalização do TCE-SE. Ao saber que a inspeção era extraordinária e que foi motivada por notícias veiculadas nos jornais locais acerca de suposta irregularidade nos procedimentos licitatórios para aquisição de combustível, não autorizou a entrada dos servidores do TCE-SE. A decisão tomada pelo dirigente da autarquia</p> <p>(A) tem respaldo legal, uma vez que não cabe ao TCE-SE realizar inspeções por iniciativa própria, devendo ser provocado.</p> <p>(B) tem respaldo legal, uma vez que as inspeções e auditorias só podem ser feitas se advindas de inspeção não anônima, o que não é o caso.</p> <p>(C) não tem respaldo legal, mas inspeções em procedimentos licitatórios só podem ser realizadas juntamente com a documentação da prestação de contas.</p> <p>(D) não tem respaldo legal, uma vez que, além da Assembleia Legislativa, de Comissão Técnica ou de Inquérito, as inspeções e auditorias podem ser realizadas por iniciativa do próprio TCE-SE.</p> <p>(E) tem respaldo legal, uma vez que notícias veiculadas na imprensa não têm força probatória suficiente a suscitar inspeção pelo TCE-SE.</p>	<p>30. Atestar o exercício do Presidente do TCE-SE é competência</p> <p>(A) do Tribunal Pleno.</p> <p>(B) da Assembleia Legislativa.</p> <p>(C) da Ouvidoria do TCE-SE.</p> <p>(D) do Corregedor-Geral.</p> <p>(E) do Vice-Presidente.</p>
<p>27. A função de guarda da lei e fiscal de sua fiel execução nas matérias de competência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe é</p> <p>(A) do Ministério Público Especial.</p> <p>(B) do Tribunal Pleno e das Câmaras.</p> <p>(C) da Corregedoria-Geral.</p> <p>(D) da Presidência.</p> <p>(E) do corpo de fiscalização.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Legislação Específica do Estado de Sergipe</b></p> <p>31. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, o princípio que significa a vedação de qualquer comportamento administrativo que importe renúncia total ou parcial de poderes, salvo autorização legal, é o da</p> <p>(A) proporcionalidade.</p> <p>(B) legalidade.</p> <p>(C) moralidade.</p> <p>(D) supremacia do interesse público.</p> <p>(E) indisponibilidade do interesse público.</p>
<p>28. É VEDADO ao Conselheiro do TCE-SE exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo a de</p> <p>(A) profissional liberal.</p> <p>(B) magistério.</p> <p>(C) diretor de associação de classe remunerado.</p> <p>(D) diretor de associação de fins lútero-recreativos remunerado.</p> <p>(E) comissionado remunerado em concessionária de serviço público.</p>	<p>32. É órgão de assessoramento direto ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sendo responsável pelas atividades de assistência jurídica, comunicação social, segurança e apoio técnico-administrativo:</p> <p>(A) Corregedoria-Geral.</p> <p>(B) Vice-Presidência.</p> <p>(C) Presidência.</p> <p>(D) corpo de Auditores.</p> <p>(E) Tribunal Pleno.</p>
<p>29. Na hipótese de caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito, as contas devem ser consideradas</p> <p>(A) regulares.</p> <p>(B) regulares com ressalva.</p> <p>(C) suspensas.</p> <p>(D) ilíquidáveis.</p> <p>(E) extraordinárias.</p>	<p>33. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, nos termos de sua Lei Orgânica, apreciar para fins de registro a legalidade das</p> <p>(A) denúncias apresentadas por qualquer cidadão.</p> <p>(B) contas prestadas pelo dirigente de autarquia municipal.</p> <p>(C) contas prestadas pelo Governador do Estado e Prefeitos Municipais.</p> <p>(D) admissões temporárias de pessoal realizadas por meio de concurso público ou processo seletivo.</p> <p>(E) admissões de pessoal para cargos providos na forma comissionada.</p>



34. As decisões finais do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo,
- (A) desde que haja inscrição na dívida pública.
  - (B) independentemente de inscrição em dívida pública.
  - (C) se envolverem valores maiores que vinte salários mínimos.
  - (D) salvo as referentes a admissões de pessoal, aposentadorias e pensões.
  - (E) desde que tomadas por órgão colegiado por votação unânime.
35. Um município sergipano está sob intervenção do Estado em razão da prática de atos de corrupção na administração municipal. Cabe ao interventor prestar contas de sua administração ao
- (A) Tribunal de Contas e à Câmara Municipal.
  - (B) Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça.
  - (C) Governador do Estado e ao Tribunal de Contas.
  - (D) Governador do Estado e à Câmara Municipal.
  - (E) Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça e à Câmara Municipal.
36. Nos termos do Código de Organização e de Procedimento da Administração Pública do Estado de Sergipe, caberá intervenção de terceiros nos recursos administrativos sempre que a decisão
- (A) referir-se a matéria de competência originária do Tribunal Pleno.
  - (B) contiver contrariedade, obscuridade ou omissão.
  - (C) envolver débito.
  - (D) for suscetível de lhes causar dano material ou moral.
  - (E) não tiver transitado em julgado.
37. O Presidente de uma autarquia de um município de Sergipe faleceu no dia 25 de agosto de 2010. Desse fato decorre
- (A) a necessidade da prestação de contas ao TCE-SE num prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data do falecimento.
  - (B) o trancamento das contas.
  - (C) a exigência de prestação de contas até 30 de abril do ano subsequente.
  - (D) o arquivamento do processo de tomada de contas.
  - (E) o dever da remessa da prestação de contas ao TCE-SE no prazo de 30 dias, contados a partir da assembleia geral da autarquia.
38. O Presidente da autarquia de um município do Estado de Sergipe, sem ter oportunidade de se defender, foi multado e teve suas contas julgadas irregulares pelo TCE-SE por ter realizado contratação de empresa de vigilância sem prévio procedimento licitatório e por valores acima dos praticados pelo mercado à época. Antes mesmo do trânsito em julgado da decisão, promoveu a anulação do contrato maculado e, no intuito de reverter o decidido, propôs ação rescisória junto ao Tribunal. A medida tomada pelo Administrador foi
- (A) correta, uma vez que a decisão de mérito poderá ser rescindida pelo Plenário quando houver violação literal de disposição de lei, fato que restou caracterizado pela ofensa ao princípio da ampla defesa.
  - (B) correta, uma vez que o termo de anulação contratual, por ser novo, é hábil a assegurar-lhe um posicionamento favorável do Tribunal.
  - (C) incorreta, uma vez que, muito embora tenha havido ofensa ao princípio da ampla defesa, não ocorreu o trânsito em julgado da decisão.
  - (D) incorreta, uma vez que o caso ensejava pedido de reexame, recurso cabível contra decisão que julgar irregular as contas apresentadas pelo Administrador Público.
  - (E) incorreta, uma vez que o caso ensejava agravo, recurso cabível para a reversão de decisão com multa.
39. As decisões prolatadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Sergipe em processos de consulta
- (A) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto.
  - (B) têm caráter normativo e constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.
  - (C) constituem prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto e não têm caráter normativo.
  - (D) constituem prejulgamento da tese, do fato e caso concreto, mas não têm caráter normativo.
  - (E) têm caráter normativo, mas não constituem prejulgamento da tese, do fato nem do caso concreto.
40. Nos termos da Lei Complementar nº 113/05, que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Sergipe, é espécie de remuneração de contribuição, paga ao servidor público:
- (A) salário-família.
  - (B) adicional noturno.
  - (C) gratificação de presença.
  - (D) auxílio-transporte.
  - (E) adicional de caráter individual sobre o vencimento do cargo efetivo.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

41. Juan e Manuela, argentinos, estão visitando o Estado de Florianópolis no Brasil em férias regulares. Manuela está grávida e ingressando no oitavo mês de gestação. Inesperadamente, Manuela enfrenta um problema e o parto é antecipado e realizado às pressas no Brasil, nascendo Hugo. Nessas circunstâncias, Hugo será considerado
- (A) estrangeiro, diante do critério *jus solis* adotado pelo Brasil.
  - (B) brasileiro naturalizado.
  - (C) estrangeiro, diante do critério *jus sanguinis* adotado pelo Brasil.
  - (D) brasileiro nato.
  - (E) apátrida.

42. Sobre o regime da previdência dos servidores públicos federais, de acordo com a Constituição Federal de 1988, analise as seguintes assertivas:
- I. Lei Complementar poderá estabelecer requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, portadores de deficiência.
  - II. O benefício de pensão por morte será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social previsto na Constituição Federal de 1988, acrescido de setenta e cinco por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
  - III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, não se aplica o regime geral de previdência social.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) I e III.
  - (D) II.
  - (E) II e III.
43. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao
- (A) triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de quinze.
  - (B) dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de quarenta, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.
  - (C) triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
  - (D) quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de quarenta, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.
  - (E) dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de vinte e oito, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

44. A vedação do direito de secessão, no ordenamento jurídico brasileiro, decorre do princípio constitucional
- (A) da separação dos poderes.
  - (B) do pluralismo político.
  - (C) republicano.
  - (D) da cidadania.
  - (E) da indissolubilidade da federação.



45. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos é INCORRETO afirmar que
- (A) a Constituição Federal veda, em qualquer hipótese, a extradição de brasileiro nato ou naturalizado.
  - (B) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
  - (C) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
  - (D) o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.
  - (E) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.
- 
46. Como garantia da liberdade de associação sindical, a Constituição estabelece que o empregado sindicalizado que pretender concorrer a cargo de direção ou representação sindical
- (A) não poderá ser dispensado a partir do registro de sua candidatura e, se eleito, ainda que suplente até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (B) poderá ser dispensado a partir da data da homologação definitiva dos votos da eleição, se for eleito como suplente, e não estiver no exercício de cargo de direção.
  - (C) não poderá ser dispensado a partir da data da homologação definitiva dos resultados da eleição em que ele foi eleito, até seis meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (D) não poderá ser dispensado a partir do registro de sua candidatura e, se eleito para o cargo de direção sindical, até 9 meses após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
  - (E) poderá ser dispensado a partir do registro de sua candidatura até seis meses após a data do pleito, ainda que não venha a ser eleito para cargo de diretor sindical, mesmo sem ter cometido falta grave.
- 

#### Noções de Direito Administrativo

47. Constitui hipótese legal de dispensa de licitação a
- (A) contratação de profissional de setor artístico consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
  - (B) aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
  - (C) contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
  - (D) contratação de estudo técnico de natureza singular realizado por profissional de notória especialização.
  - (E) aquisição de bens em geral por entidades de Administração Direta, em valor inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- 
48. As empresas públicas
- (A) são pessoas jurídicas de direito público interno que desempenham atividade econômica.
  - (B) possuem vínculo contratual com o Estado, notadamente por meio de contrato de concessão.
  - (C) são organizadas invariavelmente sob a forma de sociedades anônimas.
  - (D) exercem atividade de relevante interesse coletivo, embora não detenham capital público.
  - (E) necessitam de autorização legislativa para serem criadas.
- 
49. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a modalidade licitatória
- (A) tomada de preços, para a contratação de obras e serviços de engenharia não poderá exceder a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
  - (B) concorrência poderá ser utilizada pela Administração, nos casos em que couber a modalidade convite.
  - (C) tomada de preços poderá ser adotada no caso de consórcios públicos formados por dois entes da Federação, para contratação com valor estimado de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).
  - (D) leilão aplica-se para a aquisição de bens e serviços comuns e caracteriza-se pela inversão de fases e pelo emprego de recursos de tecnologia da informação.
  - (E) convite poderá ser adotada para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.
-



50. Consoante dispõe a Lei nº 8.666/93, a
- (A) alienação de bens pela Administração, quando imóveis, será precedida de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão, independentemente da forma de aquisição.
  - (B) alienação de bens pela Administração, quando móveis, dependerá de autorização legislativa e licitação na modalidade pregão.
  - (C) alienação de bens pela Administração, sejam eles móveis ou imóveis, será precedida de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação nas modalidades concorrência para bens imóveis e tomada de preços para bens móveis.
  - (D) Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada a licitação, quando o uso destinar-se a outro órgão ou entidade da Administração Pública.
  - (E) fase de habilitação, na concorrência para a venda de bens imóveis, limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 10% da avaliação.
- 

51. A Constituição Federal de 1988 dispõe que a acumulação de cargos públicos é
- (A) vedada, independentemente de ser remunerada ou não.
  - (B) permitida no caso de empregos ou funções ocupados em empresas públicas ou sociedades de economia mista.
  - (C) admitida no caso de um cargo de professor com outro técnico, quando houver compatibilidade de horários.
  - (D) vedada no caso de dois cargos privativos de profissionais de saúde.
  - (E) admitida em alguns casos, mesmo havendo incompatibilidade de horário.
- 

52. As autarquias
- (A) são necessariamente criadas por lei.
  - (B) organizam-se sob a forma de sociedades.
  - (C) possuem capacidade de autoadministração, o que as isenta do controle administrativo.
  - (D) possuem personalidade jurídica de direito privado, não obstante integrem a Administração Pública.
  - (E) regem-se pelas normas aplicáveis às empresas privadas.
- 

#### Noções de Direito Previdenciário

53. Considere:
- I. Comprovação de experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria.
  - II. Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado.
  - III. Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, com exceção da previdência complementar ou como servidor público.
  - IV. Ter formação de nível superior.

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2011, os membros da diretoria-executiva deverão atender, dentre outros, os requisitos indicados nos itens

- (A) I, II e IV, apenas.
  - (B) I, II, III e IV.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II, III e IV, apenas.
  - (E) I, II e III, apenas.
-



54. Segundo a Lei Complementar nº 109/2001, as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstos nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência complementar
- (A) integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como a remuneração dos participantes, com exceção dos benefícios concedidos.
  - (B) integram o contrato de trabalho dos participantes, mas, em regra, não integram a remuneração dos participantes.
  - (C) não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes.
  - (D) não integram o contrato de trabalho dos participantes, mas integram, em qualquer hipótese, a remuneração dos participantes para todos os efeitos legais.
  - (E) integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como a remuneração dos participantes para todos os efeitos legais.
- 
55. De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, os planos de benefícios deverão prever a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano. Com relação a portabilidade, é certo que
- (A) a portabilidade caracteriza resgate.
  - (B) será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador.
  - (C) será necessária a carência mínima de 36 contribuições para o exercício da portabilidade, em qualquer hipótese.
  - (D) é vedado que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.
  - (E) a modalidade do plano de benefícios, na regulamentação da portabilidade, não se inclui dentre os requisitos a serem observados pelo órgão regulador e fiscalizador.
- 
56. Flora, Fauna, Sol e Primavera são irmãs e empregadas da empresa "X". Flora possui um filho de quatorze anos de idade completos. Fauna possui dois filhos, um com quinze anos e outro com dezesseis anos. Sol possui um filho excepcional, inválido, com vinte anos de idade, e, Primavera possui um filho com doze anos completos. Nestes casos, terão direito ao benefício previdenciário do salário-família APENAS
- (A) Fauna, Sol e Primavera.
  - (B) Flora, Sol e Primavera.
  - (C) Flora e Sol.
  - (D) Fauna e Primavera.
  - (E) Sol e Primavera.
- 
57. Considere:
- I. O brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
  - II. O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.
  - III. O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa.
  - IV. Quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
- São Segurados obrigatórios da Previdência Social como contribuinte individual as pessoas indicadas APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) III e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I, II e IV.

**Noções de Direito Financeiro e Orçamentário**

58. Quanto à classificação das Receitas Públicas, considere as seguintes afirmações:

- I. As operações de crédito, as amortizações de empréstimos e as receitas de serviços são receitas de capital.
- II. Taxas são receitas correntes.
- III. As receitas patrimoniais e as alienações de bens são receitas de capital.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II.

59. Em Direito Financeiro, Tributo é receita

- (A) originária instituída pelas entidades de direito público.
- (B) derivada instituída pelas entidades de direito público e privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira.
- (C) derivada, destinando-se seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas pelas entidades públicas e privadas.
- (D) derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira.
- (E) derivada ou originária instituída pelas entidades de direito público ou privado, destinando-se seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

60. Quanto à classificação das Despesas Públicas, considere as seguintes afirmações:

- I. Investimentos e Inversões financeiras são despesas de capital.
- II. A despesa é classificada como despesa corrente e de custeio.
- III. Transferências podem ser correntes ou de capital.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

61. As dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços são classificadas como

- (A) Despesas de custeio.
- (B) Transferências de capital.
- (C) Inversões Financeiras.
- (D) Transferências correntes.
- (E) Investimentos.

62. Em relação à classificação das Despesas Públicas, é correto afirmar:

- (A) Subvenções são transferências destinadas a cobrir despesas de capital das entidades beneficiadas.
- (B) A aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital é classificada como investimentos.
- (C) Subvenções econômicas são as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- (D) A aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização são transferências de capital.
- (E) Subvenções sociais são as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural com finalidade lucrativa.

63. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é veículo normativo que deve dispor sobre finanças públicas e sobre fiscalização financeira da administração pública direta e indireta:

- (A) Lei Complementar.
- (B) Emenda Constitucional.
- (C) Lei Ordinária Federal.
- (D) Lei Delegada.
- (E) Resolução do Senado Federal.

**Noções de Execução Orçamentária e Financeira**

64. As despesas de exercícios anteriores
- (A) devem estar inscritas em restos a pagar.
  - (B) são geradas no exercício corrente, mas desembolsadas em exercícios anteriores, ou seja, não pagas antecipadamente.
  - (C) decorrem de empenhos anulados em períodos anteriores, mas cuja obrigação tenha sido cumprida pelo credor no prazo estabelecido.
  - (D) são consideradas despesas extraorçamentárias, porque seu pagamento não corre à custa do orçamento vigente.
  - (E) correspondem a restos a pagar processados no exercício anterior e que devem ser pagos no exercício corrente.
- 
65. Restos a pagar não processados correspondem a despesas
- (A) não liquidadas e não pagas, mas cujo prazo para cumprimento da obrigação pelo credor ainda está vigente.
  - (B) empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício corrente.
  - (C) que não foram empenhadas, liquidadas e pagas no exercício corrente.
  - (D) cujo empenho foi feito por estimativa e cuja liquidação ocorreu, mas persiste uma diferença a favor do credor a ser paga no exercício seguinte.
  - (E) em que foi reconhecido o direito do credor, mas cujo pagamento não ocorreu no exercício corrente.
- 
66. O suprimento de fundos
- (A) constitui um adiantamento feito a um servidor para financiamento de despesas urgentes, cujo empenho não foi realizado a tempo.
  - (B) pode ser concedido a servidor que não tenha prestado contas de suprimento de fundos sob sua responsabilidade no prazo em que tinha de cumprir essa obrigação.
  - (C) é inaplicável a despesas que tenham de ser realizadas em caráter sigiloso.
  - (D) implica a prestação de contas do servidor que o recebeu, que deve inclusive, se for o caso, comprovar o recolhimento do saldo não utilizado.
  - (E) não pode ser concedido para financiamento de serviços que exijam o pronto pagamento em espécie.
- 
67. É uma receita de capital, segundo a Lei nº 4.320/1964,
- (A) o juro da dívida ativa recebido pelo ente público.
  - (B) aquela decorrente de aluguel de imóvel de propriedade do ente público.
  - (C) a decorrente de cobrança de contribuição de melhoria.
  - (D) o dividendo recebido pelo ente público que é acionista de empresa de economia mista.
  - (E) a decorrente de alienação de bens imóveis de propriedade do ente público.
- 
68. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), uma medida que pode ser utilizada por um ente público para recondução de sua dívida aos seus limites é a
- (A) operação de crédito externo, a menos que seja para o refinanciamento do principal da dívida mobiliária.
  - (B) limitação do empenho.
  - (C) operação de crédito por antecipação da receita, a menos que seja para o refinanciamento do principal da dívida mobiliária.
  - (D) diminuição da meta de resultado primário.
  - (E) transferência voluntária de recursos por outro ente público.
- 
69. De acordo com os preceitos da Lei da Responsabilidade Fiscal, o Estado de Sergipe NÃO poderá deixar a despesa total com pessoal, em um determinado exercício, ultrapassar a seguinte percentagem de sua receita corrente líquida:
- (A) 45%
  - (B) 60%
  - (C) 50%
  - (D) 65%
  - (E) 55%

**Noções de Contabilidade**

70. De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pela Resolução CFC nº 1.121/2008,
- (A) Passivo é uma obrigação presente da entidade, resultante de eventos passados, cuja liquidação implique desembolso de recursos da entidade e cujo valor possa ser medido com precisão, evitando-se o uso de estimativas.
  - (B) Ativo é um recurso de propriedade da entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos.
  - (C) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido e que sejam provenientes de transações com terceiros.
  - (D) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento em passivos, que resultem em decréscimo do patrimônio líquido e que sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.
  - (E) O valor atribuído aos estoques é mensurado adotando-se o maior valor entre o custo de aquisição e o custo corrente de reposição.
- 
71. Em relação às modificações efetuadas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009 na estrutura do Balanço Patrimonial, é correto afirmar que
- (A) o grupo de Resultados Futuros foi extinto e o saldo de suas contas foram transferidos para o Patrimônio Líquido.
  - (B) o grupo Passivo Não Circulante teve sua denominação mudada para Passivo Exigível a Longo Prazo.
  - (C) os prêmios recebidos na emissão de debêntures passaram, a partir de 1º de janeiro de 2008, a ser classificados como ajustes de avaliação patrimonial.
  - (D) os ativos não monetários com substância incorpórea passaram a ser classificados no grupo Ativo Intangível.
  - (E) as reservas de reavaliação constituídas a partir de 1º de janeiro de 2008 passaram a ser classificadas como reservas de capital.
- 
72. Sobre os novos critérios de avaliação de ativos e passivos introduzidos pelas novas disposições da lei societária, é correto afirmar que
- (A) os elementos do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.
  - (B) a companhia somente pode registrar a perda de capital de ativos se houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam e quando for efetuada a sua alienação por valor inferior ao da aquisição.
  - (C) as aplicações em direitos e títulos de crédito decorrentes de vendas, classificados no ativo circulante, serão sempre avaliados pelo seu valor presente.
  - (D) os direitos classificados no grupo Intangível serão avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação.
  - (E) o valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda devem ser avaliados pelo seu valor justo, com contrapartida na conta de resultado do exercício.
- 
73. A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, obrigatória para as companhias abertas e para as companhias fechadas com patrimônio líquido, igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na data do balanço, foi substituída pela Demonstração
- (A) do Resultado Abrangente.
  - (B) do Valor Adicionado.
  - (C) de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
  - (D) das Mutações Patrimoniais.
  - (E) dos Fluxos de Caixa.



74. Na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, NÃO é considerada transação com os sócios na qualidade de proprietários
- (A) a venda de ações em tesouraria, de emissão da própria companhia.
  - (B) o aumento de capital integralizado com bens imóveis.
  - (C) o gasto incorrido na emissão de ações.
  - (D) o ajuste de conversão cambial em decorrência de investimentos no exterior.
  - (E) a constituição de reserva de lucros.

75. A Cia. ABC apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31-12-2010:

ATIVO		PASSIVO + PL	
Ativo Circulante	450.000,00	Passivo Circulante	360.000,00
Ativo Não Circulante	650.000,00	Passivo Não Circulante	300.000,00
		Patrimônio Líquido	440.000,00
TOTAL DO ATIVO	1.100.000,00	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.100.000,00

O índice de liquidez corrente da companhia em 31-12-2010, em percentagem, era

- (A) 159.
  - (B) 68.
  - (C) 150.
  - (D) 180.
  - (E) 125.
- 
- Noções de Auditoria**
76. Segundo a NBC TA 200, o risco de que os procedimentos executados pelo auditor não acusem a existência de uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, é denominado risco
- (A) amostral.
  - (B) de detecção.
  - (C) de auditoria.
  - (D) inerente.
  - (E) de controle.
- 
77. Segundo a NBC TA 530, que versa sobre a utilização de amostragem em auditoria, é correto afirmar:
- (A) O objetivo da estratificação da amostra é o de aumentar a variabilidade dos itens de cada estrato e permitir que o tamanho da amostra seja aumentado.
  - (B) Quanto menor o risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
  - (C) Anomalia é a distorção ou o desvio comprovadamente representativo de distorção ou desvio em uma população.
  - (D) O método de seleção da amostra em que o auditor não segue nenhuma técnica estruturada é denominado método de seleção aleatório.
  - (E) Quanto maior a confiança do auditor em procedimentos substantivos (testes de detalhes ou procedimentos analíticos substantivos), menor pode ser o tamanho da amostra.





78. Segundo a NBC TA 560, evento subsequente é aquele ocorrido entre a data
- (A) de elaboração das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório.
  - (B) das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data de divulgação das demonstrações contábeis.
  - (C) das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data do seu relatório.
  - (D) de aprovação das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data de aprovação das demonstrações contábeis.
  - (E) de aprovação das demonstrações contábeis e a data da de sua divulgação e fatos que chegaram ao conhecimento do auditor independente após a data de aprovação das demonstrações contábeis.

79. Segundo a NBC TA 240, que trata da responsabilidade do auditor em relação à fraude, no contexto da auditoria de Demonstrações Contábeis,
- (A) o fator distintivo entre fraude e erro está no fato de que a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis é não intencional no primeiro caso e intencional no segundo.
  - (B) o auditor independente é responsável por estabelecer juridicamente se realmente ocorreu fraude.
  - (C) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção da fraude é dos responsáveis pela governança da entidade e da sua administração.
  - (D) o planejamento adequado da auditoria independente elimina qualquer risco de que algumas distorções relevantes das demonstrações contábeis possam não ser detectadas.
  - (E) o risco de o auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é menor do que no caso de fraude cometida por empregados, já que estes últimos tem maiores possibilidades de manipular os dados contábeis da entidade.

80. O extrato da Cia. Estadual de Sergipe, empresa pública, junto ao Banco ABC apresentou, em 31 de dezembro de 2010, um saldo credor de R\$ 65.800,00. Na mesma data, o saldo da conta analítica Bancos C/Movimento – Banco ABC era devedor, no livro da Razão da companhia, no montante de R\$ 69.030,00. O auditor do Tribunal de Contas do Estado, ao conferir a conciliação bancária efetuada pelo departamento de contabilidade da companhia, constatou os seguintes fatos (valores em reais):

Cheques emitidos pela Companhia e não apresentados ao banco .....	6.200,00
Cheques de clientes devolvidos pelo banco por falta de fundos e ainda não contabilizados pela Companhia.....	2.700,00
Depósitos contabilizados pela Companhia e não creditados pelo banco no extrato por não terem sido compensados .....	2.800,00
Taxas bancárias debitadas pelo banco no extrato e não contabilizados pela Companhia.....	430,00
Duplicata descontada devolvida pelo banco por falta de pagamento e não contabilizada pela Companhia.....	3.500,00

De posse dessas informações, o auditor concluiu que o saldo correto da conta no livro Razão da companhia naquela data era, em R\$,

- (A) 59.600,00.
- (B) 62.400,00.
- (C) 62.830,00.
- (D) 60.600,00.
- (E) 65.100,00.